

## Trabalho infantil

# Falta de informação é a principal causa do problema social, aponta procurador

Antônio de Oliveira, coordenador do projeto PETECA, afirma que a exploração é tida por muitos pais, e até educadores, como algo normal, e que o projeto trabalha na conscientização

TEXTO Anderson Souza

DIAGRAMAÇÃO Khelvya Carvalho

O titular da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Ceará, Antônio de Oliveira, apontou a falta de informação e o senso comum como as principais causas do trabalho infantil no Estado. O procurador do trabalho, no entanto, chamou a atenção para a redução de 70% no número de crianças em situação de exploração, segundo última pesquisa do IBGE, do ano de 2017.

Para Antônio, "muitos pais acham normal o trabalho infantil porque eles trabalharam quando criança. Ai são alimentados pelos mitos". Ele, que também é coordenador do Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA), acrescenta que antes do início das atividades do projeto, em 2008, até mesmo os educadores tratavam a questão como normal.

O coordenador do PETECA conta que o projeto surgiu da percepção de que o trabalho infantil é uma das principais causas da evasão escolar, e que somente com o engajamento dos educadores, por meio da conscientização dos pais e da comunidade, é que o combate seria efetivo. Segundo Antônio, mais de 80% das crianças que trabalham, estudam. Nesses 80% há um maior problema de evasão escolar pelo déficit de aprendizagem, resultado da dupla jornada.

Amélia Prudente, secretária executiva da Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE), parceira do projeto, explica que entre os fatores do abandono escolar está a falta de atrativos para o engajamento efetivo da criança e do adolescente. Amélia aponta entre as ações de

prevenção da APDMCE, projetos como Eu Sou cidadão - Amigos da Leitura, que engaja adolescentes das escolas públicas no incentivo à leitura. Também cita o projeto O Ceará Cresce Brincando, que apoia crianças e comunidades do Estado na busca de locais de referência do brincar, prática que, segundo a secretária, é deixada de lado quando a criança é vítima do trabalho infantil.

**"Muitos pais acham normal o trabalho infantil porque trabalharam quando criança"**

Antônio de Oliveira, 50

Segundo dados do IBGE, divulgados em 2017, 1,8 milhões de meninos e meninas de 5 a 17 anos foram identificados trabalhando em 2016, em atividades proibidas por lei. Segundo o procurador, a pesquisa não contabilizou os casos de menores que trabalham para o próprio consumo. Ele diz que se somado o número de crianças nessa modalidade, o Ceará apresentou em 2016 o total de 85 mil menores em situação de trabalho infantil, redução de 70% em comparação com os 293 mil casos em 2008.

**Prevenção** O trabalho do projeto PETECA junto à APDMCE, segundo os responsáveis, se dá na capacitação dos agentes públicos municipais na prevenção, identificação e acompanhamento de vítimas do trabalho infantil. Segundo Antônio, o projeto não trata a questão como um caso de polícia, mas como um grave problema de ausência de políticas públicas. O procurador frisa, no entanto, que em casos onde os pais ou responsáveis mantêm o menor em situação de exploração, e ignoram todas as ações de conscientização dos agentes públicos, o MPT e o



FOTO: BRUNA RAMOS

A atividade doméstica na casa de familiares é uma das formas de trabalho infantil mais recorrentes no Ceará

Conselho Tutelar já entram com a aplicação de notificações judiciais.

No Brasil, é considerado trabalho infantil todo ofício realizado por crianças até os 12 anos e por

adolescentes dos 12 aos 14. Também é considerada exploração o trabalho dos 14 aos 16 anos, com exceção dos contratados pelo programa Jovem Aprendiz. É igualmente proi-

bido o emprego de adolescentes dos 16 aos 18 sem a proteção legal das leis trabalhistas, sob atividades insalubres, conforme o Decreto nº 6.481/2008.

## Novos caminhos formados pela educação e conscientização

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Felipe Caetano comenta a participação de crianças e adolescentes na discussão

Felipe Caetano, 17, é uma das vítimas da desinformação que atinge crianças do país por conta do trabalho infantil. Hoje Felipe é formando no curso de técnico de edificações, e ativista no combate à exploração do trabalho de menores. Ele começou a trabalhar aos 8 anos como garçom em uma barraca de praia.

Diferente dos casos em que as crianças são obrigadas por pais ou responsáveis, Felipe admite que buscou o trabalho por vontade própria, mas acrescenta que desde pequeno foi incentivado a conseguir, ele mesmo, suas coisas. "Desde pequeno, o filho do pobre, ao invés de ser criança, é incentivado a ser trabalhador infantil", observa. O ativista argumenta que o trabalho infantil é prejudicial porque gera

"adultos" com menos de 18 anos. Ele relembra que nunca tinha tempo para sair com os amigos, nem para fazer os deveres da escola.

Felipe presenciou uma das palestras do projeto PETECA, em 2015, na sua cidade, Aquiraz, e diz que se sentiu incomodado com a ausência de crianças e adolescentes na reunião. Ele relata que solicitou uma audiência com Antônio de Oliveira e propôs a criação dos Comitês de Adolescentes, uma extensão do PETECA que até hoje engaja meninos e meninas na conscientização de crianças e adolescentes contra o trabalho infantil.

Desde que iniciou as atividades do projeto, Felipe relembra que deixou de trabalhar. Diz ter entendido que só a educação podia transformar a

sua vida, e que poderia terminar como muitas crianças que deixaram de ser criança, se não largasse o trabalho. Para Antônio Oliveira, Felipe é um exemplo de que crianças e adolescentes devem participar do debate sobre trabalho infantil.

### SERVIÇO

Canais para denúncia anônima de trabalho infantil  
Disque Direitos Humanos  
☎ 100

Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região  
@ radio.mpt.gov.br/

# A discussão da cidadania como pauta de construção de uma sociedade justa



A cidadania é um assunto que deve ser mantido sempre em pauta, para que se garanta acesa a democracia. Entende-se, aqui, por prática de cidadania o livre direito de o indivíduo usufruir dos espaços públicos da sociedade e ser respeitado, sem esquecer, também, do dever de respeitar o outro.

Saúde, segurança, cultura e educação são apenas alguns exemplos de políticas que têm de ser asseguradas a todo indivíduo, sem distinção de raça, gênero ou orientação sexual, independente de governos. São direitos previstos na Constituição.

No sentido de contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com os ideais de cidadania e treinar técnicas que permitam a realização de um jornalismo mais humano, os estudantes de Jornalismo do Centro Universitário 7 de Setembro – Uniz, lançam mais esta edição do Papiro, jornal em formato impresso, publicado na versão online.

Produzido pelos alunos da disciplina de Projeto Integrado de Jornalismo Impresso, esta edição, 2019.1, traz um catálogo diversificado de notícias. O jornal inicia com pautas da editoria de Metrópole que abordam, justamente, direitos de crianças e mulheres que ainda precisam de mais discussão. Destaque para os números alarmantes relativos às tentativas de feminicídio entre 2017 e 2018, e as ações de apoio às mulheres, pelo Estado do Ceará, para a prevenção da violência doméstica.

O abuso sexual e a exploração do trabalho de crianças e adolescentes também estão em pauta nesta edição. Profissionais responsáveis pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) e a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e Adolescente (DCECA) dizem que as políticas de combate ao abuso sexual são ineficientes. O coordenador do Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA) relata que a falta de informação de muitos pais e até educadores são barreiras que ainda precisam ser rompidas.

A editoria de Economia mostra como anda o mercado de trabalho para o público feminino, a luta por oportunidades e salários iguais, além da inserção da mulher no empreendedorismo. Também ganha destaque a conquista de espaços no mercado de estampas, em Fortaleza, por africanos e chineses.

Na editoria de Cultura, o lançamento da XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará entra no radar cultural do Estado. Com o tema “As cidades e os livros” o evento promove a prática da leitura como indispensável para a formação de novos cidadãos. Em Política, a situação eleitoral de faltosos que precisam regularizar o título é motivo de preocupação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O voto, vale lembrar, é indispensável para o exercício da cidadania. O Papiro deseja, a você, uma boa leitura.